

## Estudos africanos no Brasil: uma questão de afinidades eletivas?<sup>1</sup>

Lorenzo Macagno<sup>2</sup>

---

### Estudos africanos no Brasil: uma questão de afinidades eletivas?

---

**Resumo:** O artigo oferece uma reflexão sobre o futuro e os dilemas dos “estudos africanos” no Brasil. Também são incorporados a essa reflexão alguns debates recentes sobre os usos “identitários” da África no Brasil. A partir de uma perspectiva antropológica, o artigo parte do princípio de que uma reflexão consistente sobre essa temática deve, necessariamente, atrelar-se a uma avaliação dos limites e ambigüidades das nossas imaginações nacionais, bem como a uma indagação das tensões que operam entre o imperativo da nation-building e o da “crítica cultural”. Dessa tensão emergem, ao mesmo tempo, “compatibilidades equívocas” e “afinidades eletivas”.

---

**Palavras-chave:** Estudos africanos, Brasil, afinidades eletivas.

---

---

### African studies in Brazil: a question of elective affinities?

---

**Abstract:** The article offers a reflection on the future and the dilemmas of “African studies” in Brazil. This reflection also includes some recent debates on the “identitarian” uses of Africa in Brazil. Written from an anthropological perspective, the article is based on the premise that a consistent reflection on the theme must be linked to an evaluation of the limits and ambiguities of our national imaginations, and on an investigation of the tensions that operate between the imperative of nation-building and that of “cultural criticism”. Out of this tension emerge, at the same time, “equivocal compatibilities” and “elective affinities”.

---

**Keywords:** African studies, Brazil, elective affinities.

---

---

### Estudios Africanos en Brasil: una cuestión de afinidades electivas?

---

**Resumen:** Este artículo es el resultado de una investigación sobre el futuro y dilemas para los "estudios africanos" y los recientes debates sobre el uso de "identidad" de África en Brasil. Desde una perspectiva antropológica, se supone normalmente que una reflexión constante sobre el tema debería contener una evaluación de los límites y ambigüidades inherentes en los discursos de nuestro país, así como una pregunta acerca de las tensiones que corren entre el imperativo de la construcción de la nación y la "crítica cultural". Suponemos que de estas relaciones emergen, al mismo tiempo, cierta “compatibilidad equívoca” y “afinidades electivas”.

---

**Palabras clave:** Estudios africanos, Brasil, afinidades electivas.

---

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na mesa redonda “Perspectivas comparativas nos estudos africanos”, no 36º Encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), em outubro de 2012, Águas de Lindóia. A mesa, que contou, também, com a participação de Wilson Trajano Filho (UnB) e Luis Nicolau Parés (UFBA), foi coordenada por Juliana Braz Dias (UnB).

<sup>2</sup> Professor associado do Departamento de Antropologia, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

*'Let me confess', said Charlotte, 'that when you call all these curious entities of yours affined, they appear to me to possess not so much an affinity of blood as an affinity of mind and soul. It is in just this way that truly meaningful friend-ships can arise among human beings: for antithetical qualities make possible a closer and more intimate union'<sup>3</sup>.*

J. W. V. Goethe, *Elective Affinities* [1809], 2005, p. 53.

### *Pré-textos*

Como ponto de partida – e como “pre-texto” – quero evocar o tópico dos estudos africanos tal como aparece em um volume intitulado *Teses de Antropologia Defendidas no Brasil entre 1945 e 1987*. Esse relatório foi publicado em 1988 pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). O trabalho identifica a existência de centenas de dissertações e teses que foram defendidas num período de mais de quarenta anos. No índice temático, encontramos o esmagador número de 308 entradas. Encontramos, também, uma entrada temática correspondente a “estudos africanos”. A primeira constatação é que, se considerarmos os dados fornecidos por esse relatório da ABA, o número de teses defendidas até 1987 sob a temática dos estudos africanos é irrisório: apenas dois títulos. Uma dessas teses foi defendida em 1977, na USP. O autor é Kabengele Munanga. Trata-se de um trabalho intitulado “Os Basanga de Shaba”, um povo da atual República Democrática do Congo, na altura, Zaire. A outra tese que aparece sob a rubrica dos estudos africanos foi defendida, em 1982, por Fabio Rubens da Rocha Leite. Consiste num trabalho sobre ancestrais e ancestralidade em sociedades africanas, mas desconhecemos se, de fato, trata-se do resultado de uma pesquisa de campo feita na África. A julgar pela descrição temática, entre 1945 e 1987 a única tese de antropologia redigida no Brasil, resultante de uma pesquisa feita na África é, portanto, a de Kabengele. De 1987 até hoje, o número de dissertações e teses que abordam temáticas africanas cresceu substancialmente. Retornarei, mais adiante, a essa dimensão quantitativa.

Entretanto, e a modo de advertência, vale aqui introduzir um parêntese sobre o paradoxo de termos de atrelar nossos trabalhos à rubrica, um tanto arbitrária, dos estudos africanos. Mais do que assumir um mote ou um rótulo sob a qual nos refugiamos confortavelmente, conviria tentar entender o contexto institucional e político no qual desenvolvemos nossos trabalhos. Um contexto que, aliás,

---

<sup>3</sup> “Permiti-me que vos confesse” disse Charlotte “que, quando designais por afinidade a ligação existente entre esses vossos estranhos seres, eles não me parecem tanto ter uma afinidade de sangue, mas antes uma afinidade de espírito ou de alma. É precisamente desta forma que entre os homens podem surgir amizades muito sérias, pois qualidades opostas tornam possível uma união mais íntima”.

tem provocado uma série de “compatibilidades equívocas”<sup>4</sup>, para usar aqui uma conhecida fórmula do antropólogo João de Pina-Cabral (2002, p. 105). Não entanto, é possível que, por motivos meramente práticos, devamos aceitar provisoriamente o rótulo (“estudos africanos”). Caso contrário, teríamos que apelar a intermináveis e tediosos exercícios que os linguistas chamam de perífrases: ou seja, em vez de falarmos de estudos africanos no Brasil, teríamos que dizer algo como: “pesquisas de campo realizadas em países africanos por cientistas sociais vinculados formalmente a instituições brasileiras”.

Considero que uma reflexão consistente sobre os estudos africanos no Brasil tem que estar, necessariamente, atrelada a uma avaliação das peripécias e ambiguidades de nossas imaginações nacionais. Essas ambiguidades transitam pela tensão entre a linguagem da *nation-building* e a “crítica cultural”; tensão, aliás, que atravessa toda a nossa história disciplinar. Houve, nos últimos dez anos, uma espécie de virada africanista que, na verdade, dificilmente consegue se emancipar dessa gramática naciocêntrica. Um sintoma dessa espécie de corrida à África está representado nas tantas vezes citada Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que incluía no currículo oficial da Rede de Ensino “... a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira”. A Lei, como sabemos, teve de ser modificada antes mesmo de sair do papel. Atualmente, a obrigatoriedade se aplica não somente ao ensino da *História e Cultura Afro-Brasileira*, mas também à *História Indígena* (Lei nº 11.645, de março de 2008). Precisamente nesse contexto são criados, com o impulso do Governo Federal, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), nas Universidades Federais. A pergunta parece óbvia: estamos diante daquilo que poderíamos denominar a “persistência do hífen”? Isto é, os estudos afro-brasileiros se impõem necessária e fatalmente aos estudos africanos? Talvez estejamos diante de um falso problema, ou de uma falsa questão. Não pretendo, com este ponto de partida, postular uma queixa previsível contra aquilo que Peter Geschiere (2009) chamaria de “tenacidade do estado-nação”. Afinal, devemos reconhecer, são as instituições do Estado-nação que criam, ou não, as condições para a construção de um conhecimento antropológico mais ou menos cosmopolita.

Nos últimos anos, África se tornou no Brasil uma “marca” – tomo essa noção de um dos recentes livros de John e Jean Comaroff (2009). Ou seja, uma marca suscetível de colher seus frutos no mercado étnico e, ao mesmo tempo, uma espécie de significante que assume os mais variados significados, conforme as disputas políticas mais variadas. Quero me referir, em primeiro lugar, de maneira breve a esses efeitos políticos e aos equívocos que o significante África vem provocando.

Sabemos que os primeiros Centros de Estudos Africanos foram criados no Brasil precisamente no auge nacionalista e desenvolvimentista. Trata-se de uma história conhecida, mas creio que vale a

---

<sup>4</sup> No seu ensaio *Between China and Europe. Person, Culture and emotion in Macau*, João de Pina-Cabral afirma: “I have chosen to call these social contact situations of equivocal compatibility because the acts of communication of the parties to such a contact situation are characterized by having a double meaning” [Escolhi denominar estas situações de contato social de compatibilidades equívocas devido a que os atos de comunicação de tais situações de contato se caracterizam por terem um duplo significado].

pena relembra-la. Em 1959, foi fundado o *Centro de Estudos Afro-Orientais*, da Universidade Federal da Bahia e, em 1965, o *Centro de Estudos Africanos*, da Universidade de São Paulo. Alguns anos mais tarde – em plena ditadura militar – criou-se, em 1973, o *Centro de Estudos Afro-Asiáticos*, no Rio de Janeiro, ligado à Universidade Cândido Mendes (ZAMPARONI, 1995; SANSONE, 2002). Essas datas são, certamente, sintomáticas, já que as instituições “africanistas” ingressam triunfalmente no cenário acadêmico e político, num momento em que o Brasil pensa a si mesmo como uma nação que possui um destino e uma missão – regional e internacional – a cumprir. Nessa época, o governo militar brasileiro reconhece a declaração de independência proclamada pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde). Seis meses após o golpe de 1964, o Brasil recebe a primeira visita oficial de um presidente africano (Léopold Senghor). No entanto, essa visita respondia a um convite já feito por João Goulart que, por sua vez, obedecia a uma política iniciada por Jânio Quadros. O Brasil foi, também, um dos primeiros países a reconhecer a independência de Angola.

Apesar desse quadro, é claro que a perspectiva das relações internacionais é, talvez, a menos relevante para nós antropólogos e sociólogos: um denominador comum dos nossos trabalhos é entender essas dinâmicas políticas – como diria Jean-François Bayart (1981) – *par le bas*. As nossas inevitáveis preocupações empíricas e etnográficas nos colocam, também, numa posição privilegiada para desconfiarmos das perspectivas apologéticas e celebratórias que, em nome de um “atlantismo brasileiro”, defendem o conceito de uma “África parceira” (SARAIVA, 2012).

É bom lembrar também que em plena ditadura militar, alguns cientistas sociais viajam na condição de exilados, cooperantes ou, apenas, como simples simpatizantes das frentes de libertação, às ex-colônias portuguesas, onde estão sendo construídas as novas independências. A possibilidade de participar e colaborar nesses países com o surgimento de uma nova sociedade “socialista” impulsionou não apenas os exilados brasileiros, mas também muitos exilados das ditaduras latino-americanas, a se instalarem, sobretudo, em Angola e Moçambique. No Brasil, um dos trabalhos “africanistas” mais influentes desse período foi o livro *Moçambique. Primeiras Machambas*, cujos autores celebravam as novas mudanças que estavam acontecendo no Moçambique independente (CORRÊA e HOMEM, 1977). Assim, a experiência desses exilados trará novos elementos às incipientes preocupações africanistas no Brasil.

A partir da segunda metade da década de 1980 – e já findada a ditadura militar – comemoram-se os cem anos da abolição da escravatura (1888). Esse momento, somado às expectativas, advindas da nova constituição, criará um caldo de cultura favorável aos renovados debates intelectuais sobre o lugar da África no Brasil. Talvez o nosso *habitus* disciplinar não desafie esse legado institucional e político, mas, simplesmente, evidencie os equívocos epistemológicos produzidos em torno do significativo África.

### *Identities e outros equívocos*

A recente virada africanista parece gerar, também, algumas ilusões identitárias bastante reveladoras. Nos últimos anos, muitos jovens negros brasileiros se viram quase que moralmente obrigados a assumir sua africanidade. Mas, ao mesmo tempo, além desta espécie de obrigação político-moral de construção de uma narrativa de grupo, baseada tanto na cor como na origem, as políticas de ação afirmativa têm criado – parafraseando aqui as análises de Fredrik Barth (1969) – uma arena de possibilidades a partir da qual os agentes concretos podem manipular suas respectivas identidades étnicas e, na medida do possível, com elas “negociar”. Esta espécie de retorno tardio à África – ou esta corrida identitária – tem gerado as mais diversas formas de compatibilidades equívocas, bem como situações um tanto desconcertantes para os nossos próprios interlocutores e visitantes africanos. Permitam-me descrever uma dessas situações, através de uma crônica do escritor moçambicano Mia Couto. Não é um mero detalhe o fato de evocar aqui um escritor africano, em vez de um sociólogo ou antropólogo: um dos sintomas deste redescobrimento de África por parte de alguns âmbitos acadêmicos e culturais locais é o fato de que muitos escritores africanos, provenientes, sobretudo, dos chamados Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), vêm sendo convidados para participar no Brasil de congressos, colóquios e seminários. De fato, nos Departamentos de Letras, o número de dissertações e teses sobre literatura africana tem crescido consideravelmente (retornarei, mais adiante, a este assunto). O relato que evocarei a seguir resulta, precisamente, de uma visita de Mia Couto ao Brasil e, mais especificamente, de um diálogo que o escritor travou com um jovem “afro-brasileiro”. A pequena crônica sobre este diálogo foi publicada, em julho de 2003, no jornal moçambicano *Savana*:

— O senhor fala africano?

A pergunta deixou-me sem fala. Não, não se tratava de um erro de expressão. O homem acreditava mesmo que em África se falava uma única língua: o africano. Não era a primeira vez que eu me confrontava com a profunda ignorância sobre o continente africano, a sua diversidade e complexidade. De visita ao Brasil, um jovem negro (ele chamava-se a si mesmo “afro-brasileiro”) declarou que se estava preparando para visitar Moçambique. Ele achava que a origem dos seus antepassados se localizava exatamente em Moçambique.

— E já me estou preparando para a viagem, disse ele, agitando um recorte de jornal. O recorte referia a um curso de ioruba. Para o brasileiro era simples: os africanos comungavam dessa língua, uma espécie de esperanto continental. A “família” africana era para ele o resultado de uma redução, uma espécie de amputação das diferenças profundas. África era um samba de uma nota só<sup>5</sup>.

Obviamente, Mia Couto nesta última frase o título da famosa canção de Tom Jobim “Samba de uma nota só” (lembremos que essa crônica foi escrita para leitores moçambicanos). Mas, além das

---

<sup>5</sup> Cf. Mia Couto, “Samba de um continente só”, publicado no jornal *Savana*, Suplemento “Opinião”, Maputo, 18 de julho de 2003.

ironias, o diálogo transcrito oferece, sem dúvida, uma poderosa metáfora para entendermos, tanto as ambiguidades que este retorno à África representa, como as ameaças naciocêntricas que o turvam.

Michael Herzfeld (2001, p. 113) disse que o orgulho nacional é irreversível já que, uma vez alcançado, reprime a consciência da sua própria contingência histórica. É possível que o orgulho étnico do jovem evocado por Mia Couto seja mais contingente do que irreversível. Mas, quem sabe esse orgulho – o vértice de uma geometria incompleta – não seja suficiente para completar o traçado do triângulo das “três raças” (conforme a famosa metáfora de Roberto da Matta). Sabemos que, no Brasil de hoje, uma das formas de lealdade à nação consiste em assumir um orgulho étnico específico; ou, pelo menos, os mecanismos institucionais, criados a partir da constituição de 1988, permitem que esta autocelebração aconteça sem que isso signifique uma ameaça. O mito da “democracia racial” (ou étnica, se preferirmos) pode, assim, reproduzir-se e se retroalimentar sob novos arranjos; e, como se isso não bastasse, essa reprodução se realiza sob a forma sedutora de uma linguagem multiculturalista renovada e singular (ou, melhor dizendo, de uma linguagem “triculturalista”, para sermos mais fieis a essa dinâmica). Gostemos ou não, a nossa prática acadêmica cotidiana transita pelas ambiguidades e equívocos que essa linguagem nos proporciona.

Houve, também, nos últimos anos, uma espécie de “retorno emocional” à África. Justamente, a emocionalidade é, também, uma fonte densa de compatibilidades equívocas, mas, sobretudo, uma instância criadora de universos de sentido perduráveis e politicamente eficazes. Lembremos, então, da viagem que, em abril de 2005, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez à África. Tratava-se da sua quarta visita oficial. A viagem incluiu Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal. Além de encontros protocolares e da assinatura de acordos comerciais, ocorreu, durante a viagem, um evento marcante que passou praticamente despercebido nos meios televisivos e nos debates acadêmicos sobre o passado africano no Brasil. Na Ilha de Gorée, no Senegal, o antigo porto negreiro de onde saíram, entre o século XVII e XVIII, milhares de escravos, o presidente brasileiro pediu perdão, diante do presidente senegalês Abdoulaye Wade, pela participação do Brasil no tráfico de escravos:

Queria dizer ao presidente Wade e ao povo do Senegal e da África que não tenho nenhuma responsabilidade com o que aconteceu no século 18, nos séculos 16 e 17. Mas penso que é uma boa política dizer ao povo do Senegal e ao povo da África: perdão pelo que fizemos aos negros<sup>6</sup>.

O momento não esteve isento de emoção. Dentre aqueles que participavam da comitiva, encontrava-se o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil (na altura, o único ministro negro) que, segundo os jornalistas, teve de se esforçar para conter suas lágrimas. Por sua vez, o presidente do Senegal,

---

<sup>6</sup> “Lula pede perdão por negros que foram escravos no Brasil”. *Folha de São Paulo* (Suplemento Mundo), São Paulo, 15 abril 2005, p. 6.

agradeceu ao seu homólogo, qualificando-o, em tom de elogioso reconhecimento, como “o primeiro presidente negro do Brasil”. Mais uma vez, este retorno meramente emocional à África parece constituir uma fonte renovada de compatibilidades equívocas. Esse olhar emocional está englobado, também, na expectativa do jovem “afro-brasileiro” evocado no diálogo de Mia Couto, que imaginava que iria se encontrar em Moçambique com os seus ancestrais. Ora, será tudo isto um sintoma da persistência do hífen? Talvez nesta altura devamos reconhecer a existência de uma compatibilidade equívoca entre os estudiosos da “afro-brasilianidade” e os estudiosos da África. Neste caso, o significante África separa mais do que une.

Como um exemplo desta compatibilidade equívoca, gostaria de, brevemente, evocar um incidente que protagonizei em 2009, quando a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) organizou, com o apoio da prefeitura de Guarulhos, um Seminário Internacional sobre Ensino de História da África e Estudos Africanos. Coordenava, nessa ocasião, uma mesa da qual participava o historiador congolês Jacques Depelchin. A discussão, alimentada pela intervenção do público, encontrava-se no seu melhor momento. O debate se debruçava sobre a violência no Congo, Angola e os desafios da democratização. De repente, uma colega que era, também, membro da organização, subiu sigilosamente ao cenário e falou no meu ouvido sobre a necessidade de fecharmos a discussão o mais rápido possível, já que a viúva de Abdias do Nascimento (Elisa Larkin), convidada para a mesa seguinte, acabava de entrar no auditório – acompanhada não sei por qual representante da prefeitura de Guarulhos. Constrangido, tive que interromper o convidado congolês. Passamos à mesa seguinte. A África “real” deu lugar à África “imaginada”. Ora, quantos desses encontros/desencontros poderiam ser relatados?

### *Afinidades*

Apesar de tudo, há indícios que nos autorizam a pensar que estamos superando as compatibilidades equívocas para chegarmos às afinidades eletivas. Comecei esta reflexão constatando que, ao menos no campo da antropologia, entre 1947 e 1987, foi defendida apenas uma tese que resultasse de uma pesquisa realizada em um país africano. O que aconteceu de 1987 até hoje? E, sobretudo, o que aconteceu nos últimos vinte anos?

Um levantamento inicial e provisório realizado no portal de dissertações e teses da CAPES nos fornece uma primeira evidência de uma tendência que se consolida. Consideremos, por ora, quatro Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: Moçambique, Angola, Cabo-Verde e Guiné-Bissau. São, certamente, variáveis arbitrárias (cada um desses países é, na verdade, multilíngue e engloba uma pluralidade de dinâmicas locais, nacionais, regionais e internacionais). Mas consideremos esses países como um ponto de partida provisório e parcial. Apenas na Antropologia, entre 1987 e 2009, foram defendidas 22 dissertações e teses que tiveram esses países como objeto. Na Sociologia, durante esse mesmo período, foram defendidas 19, enquanto que, na História, 32. Isso significa que, entre 1987 e



2009, nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, Sociologia e História foi defendido um total de 73 dissertações e teses, cujos temas de pesquisa estavam relacionados a Moçambique, Angola, Cabo-verde, Guiné-Bissau, ou cujas problemáticas abordavam, também, questões relativas à colonização portuguesa nesses países. Não pretendemos que estes números provisórios sirvam de justificativa a conclusões apressadas, porque é necessária, também, uma verificação mais detalhada para sabermos exatamente quantos destes trabalhos são, de fato, resultados de visitas efetivas a esses países africanos.

Número de dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação no Brasil (nas áreas de história, antropologia, sociologia e letras) com temáticas referentes aos PALOPs - Período 1987/2009 - Levantamento preliminar realizado por Victor Miguel Castillo de Macedo (PIBIC/CNPq)

	Moçambique	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	África Portuguesa	Total
História	9	8	4	2	9	32
Antropologia	10	1	4	2	5	22
Sociologia	4	3	10	4	5	19
Letras	23	8	26	8	18	83

Já em volume, publicado em 2004, que fornecia importantes dados quantitativos sobre o campo da antropologia no Brasil (TRAJANO FILHO & LINS RIBEIRO, 2004), Peter Fry advertia sobre a ainda tímida investida cosmopolita por parte da antropologia brasileira:

“[...] nota-se que cresce um pouco o número de teses de brasileiros defendidas no exterior e baseadas em pesquisa feita fora do Brasil, sem que isso descaracterize a constatação de que os antropólogos brasileiros se aventuram pouco além das fronteiras nacionais. Na realidade, o exame desses trabalhos sugere uma espécie de aderência ao lar. Explico. Entre os antropólogos que fizeram pesquisa no exterior, é muito comum que o local da pesquisa esteja no mesmo país da instituição em que se titularam. Encontramos uma tese defendida na França sobre a vida em bairros da periferia parisiense, uma outra sobre o sistema jurídico americano, defendida nos Estados Unidos, e outra sobre a amizade em Londres, defendida na Inglaterra. Esse quadro sugere a manutenção da ideia de fazer pesquisa em casa, uma segunda casa, é verdade. E há ainda aqueles que escrevem sobre os brasileiros situados em lugares próximos às universidades onde estudam. Casas dentro de casas!” (FRY, 2004, p. 236).



De todas as formas, os números mostram que, nas pós-graduações do Brasil, há cada vez mais pesquisas, cujos resultados estão diretamente relacionados a estadias em países africanos. Esta tendência não significa que tenhamos superado a fase, por assim dizer, “orientalista”. Ou seja, a África continua a entrar no nosso imaginário nacional, a partir dos espaços, por assim dizer, mais “brandos” da literatura e a poesia. No Brasil, os escritores africanos são, ainda, mais conhecidos que os sociólogos, os historiadores, os politólogos ou os antropólogos africanos. Nomes, como Mia Couto, Pepetela, José Eduardo Agualusa, Paulina Chiziane, Wole Soyinka, J. M. Coetzee ou Nadine Gordimer, ecoam mais que nomes como Mahmood Mandani, Elikia M’bokolo ou Mamadou Diouf. Neste quesito, os números também não nos favorecem. Para o período anteriormente referido (1987-2009), e através da mesma pesquisa de palavras-chave no portal de dissertações e teses da Capes, constatamos que, enquanto a História, a Antropologia e a Sociologia somam 73 trabalhos, os Programas de pós-graduação em Letras alcançam o número de 83 dissertações e teses defendidas, abordando temáticas referentes aos PALOPs. Não cabe aqui especular os motivos desta desvantagem das Ciências Sociais em relação à literatura. A título de exemplo, um dos sintomas desse “orientalismo” está no crescente reconhecimento da obra literária de João Paulo Borges Coelho, historiador moçambicano. Trata-se de um historiador, cujos trabalhos acadêmicos abordam questões referentes à guerra de libertação nacional, à desmobilização pós-guerra civil e à violência. Mas não são seus trabalhos de historiador que chegam até nós, mas seus recentes romances. Por que o João Paulo Borges Coelho escritor resulta mais “interessante” que o João Paulo Borges Coelho historiador? Ou melhor, por que África literária, por assim dizer, resulta mais “vendável” do que a África sociológica ou antropológica? Não pretendo com este questionamento “anti-orientalista” defender os postulados de um positivismo ingênuo: afinal, como diz o famoso ensaio de Paul Rabinow (1986), as “representações” também são fatos sociais. Inclusive, a emoção estética, como nos ensinava Lévi-Strauss, constitui uma fonte impar para a reflexão intelectual, bem como para o entendimento dos sistemas classificatórios e das visões de mundo. Mas o primado de um olhar estetizante, orientalista e emocional à África, ofusca mais do que esclarece: ele é mais uma fonte de compatibilidades equívocas do que de afinidades eletivas. Quem sabe uma mudança de direção decisiva poderá começar, quando o imenso campo editorial no Brasil comece a prestar atenção não apenas nos escritores africanos, mas, também, nos antropólogos, sociólogos e historiadores desse continente.

Este apelo não pretende – como fazem os teóricos da “pós-colonialidade” – inventar a roda do cosmopolitismo antropológico nem, muito menos, arrombar portas que já estão abertas. Afinal, a própria expansão e diversificação do sistema de pós-graduação no Brasil – um sistema cosmopolita desde os seus primórdios – indicam uma direção que se consolida. Não sei se esse movimento acabará superando o nosso “cosmopolitismo provinciano” (evocando aqui o conceito de Gustavo Lins Ribeiro, 2006). Para além das especulações, creio que o nosso maior compromisso não está vinculado aos “estudos africanos” ou coisa parecida, mas a uma posição ética e política que Franz Boas, em uma carta dirigida a Paul Rivet, defendia da seguinte maneira:

Se há uma ciência que alerta contra as mesquinhas aspirações nacionais para a dominação, é a antropologia (...). Não acuso aqueles que são devotos dos princípios nacionais de serem criminosos (...) mas creio que os seus ideais devem ser superados e considero que essa é a nossa tarefa como cientistas, fazermos a nossa parte em prol dessa superação (...).<sup>7</sup>

Essa preocupação boasiana é nossa também. Ela nos conduz à possibilidade de uma afinidade eletiva entre antropologia, cosmopolitismo e estudos africanos. E quando falamos de afinidades eletivas nos referimos a um “momento” que nada tem a ver com escolhas racionais ou causalidades, mas com um *ethos* disciplinar que funciona como uma espécie de estrutura estruturante, para usar aqui uma conhecida formulação bourdiana. Ora, para que serve esse *ethos* senão para perturbar o nosso conforto? O caminho já foi traçado por nossos ancestrais: trata-se de investigar etnograficamente aqueles “objetos” que, por assim dizer, desafiam nossas ferramentas de análises naciocêntricas e, ao mesmo tempo, questionam nossas arbitrarias e consagradas classificações disciplinares. Para evitar que esse imperativo se transforme numa pomposa e grandiloquente proclamação, conviria ilustrar como ele se aplica nos nossos respectivos problemas de pesquisa e nos temas sobre os quais, de fato, estamos escrevendo.

Consideremos, por exemplo, o caso das minorias asiáticas que se instalaram na África, a partir da segunda metade do século XIX. Este é o caso dos chineses de Moçambique, cuja diáspora encontra-se, hoje, em vários países, desde o Canadá, Estados Unidos e Austrália, até Portugal e Brasil (MACAGNO, 2012). Provenientes do sul da China, esses primeiros trabalhadores começam a chegar ao território do atual Moçambique por volta de 1850. Entre 1940-1950, seus respectivos filhos e netos tornam-se comerciantes bem-sucedidos e atores importantes da vida sociocultural das principais cidades daquela Província Ultramarina portuguesa. Mesmo não tendo dificuldades para participar da cultura portuguesa, continuaram, através das suas associações, olhando para o horizonte civilizacional dos seus antepassados na China. Os casamentos e as redes de relações familiares e de parentesco permaneceram oficialmente restritos a um âmbito endogâmico o que, em grande medida, reforçou a reprodução de uma etnicidade diferenciada em relação a outras categorias sociais existentes no Moçambique da época. Às vésperas da independência de Moçambique, esses *lusos-chineses* começam a se dispersar por vários países. Tais experiências de deslocamentos envolvem amplas e densas referências espaço-temporais, permeadas pelas experiências africanas e portuguesas, mas também pelos fluxos socioeconômicos entre o Índico e o sul da China. Em vários sentidos, o caso desses “sino-moçambicanos”, bem como o de outras presenças asiáticas em contextos africanos, desafia nossas próprias ferramentas explicativas sobre as dinâmicas territoriais e identitárias decorrentes da colonização e, ao mesmo tempo, coloca em xeque o nosso conforto pretensamente “africanista”.

---

<sup>7</sup> Carta de Franz Boas a Paul Rivet, 23 de agosto de 1919. *The Professional Correspondence of Franz Boas*. Arquivos da American Philosophical Society, Philadelphia, Pennsylvania.

Eis o desafio que não podemos negligenciar: até que ponto os nossos “objetos” resistem, ou não, a serem subsumidos a áreas culturais, cujos rótulos podem resultar arbitrários (“africanista”, “brasilianista”, “melanesista”, e assim por diante)? Mas não só os nossos “objetos” ou os nossos problemas podem perturbar, por assim dizer, a nossa calma disciplinar. Também a própria trajetória dos nossos ancestrais nos mostra que o caminho é feito de recuos, becos e desvios. Pensemos, pois, na trajetória do “brasilianista” Charles Wagley que, não fosse por um imponderável da vida acadêmica e política, poderia ter se tornado um especialista em Guiné-Bissau.

A pré-história deste caso data entre 1956 e 1957, ano em que Marvin Harris, professor da Universidade de Columbia e amigo de Charles Wagley, visita Moçambique para realizar uma investigação sobre a exploração da força de trabalho africana naquela “Província Ultramarina”. Devido às suas críticas ao regime, Marvin Harris foi declarado pessoa *non grata* pelas autoridades coloniais e teve que abandonar Moçambique (MACAGNO, 1999). Em 1960, para tentar desfazer a impressão negativa que Harris deixara, o antropólogo português Jorge Dias convida Charles Wagley para realizar uma viagem ao longo das “Províncias Ultramarinas” de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. No final do périplo, Charles Wagley continua sozinho a sua viagem, em direção à Guiné-Bissau. Jorge Dias cogitava acompanhá-lo, mas teve que desistir no último momento. A situação política no Congo, por onde deveria retornar, não era recomendável para um cidadão português. Pouco sabemos sobre a estadia de Charles Wagley em Guiné-Bissau. Ao que parece, Wagley ficou fascinado com as formas que o Islã adquiria nessa região. Um projeto de pesquisa sobre a Guiné-Bissau chegou a ser elaborado pelo eminente brasilianista; mas, infelizmente, nunca foi concretizado<sup>8</sup>. A viagem de Charles Wagley pela *África portuguesa* introduz, no nosso acervo de frágeis certezas, um conjunto de microrrelatos que contestam os rótulos consagrados da nossa historiografia disciplinar.

Possivelmente, ao incipiente “africanismo” de Charles Wagley – que não conseguiu concretizar sua pesquisa em Guiné-Bissau – possamos contrapor o incipiente “brasilianismo” de Jorge Dias que, em 1953, chegou a realizar, a convite da Universidade Federal do Paraná, e por intermédio de José Loureiro Fernandes, um trabalho de campo na região de Guarapuava<sup>9</sup>. Em ambos os casos, estamos diante de uma das tantas “histórias mínimas” da antropologia: aquelas que desafiam nossos lugares historiográficos comuns. O que teria acontecido se, de fato, Charles Wagley tivesse desenvolvido sua pesquisa na Guiné-Bissau? E se Jorge Dias tivesse dado continuidade aos seus trabalhos de campo no Brasil?

---

<sup>8</sup> Comunicação pessoal com Isabel Wagley.

<sup>9</sup> Tratava-se de uma pesquisa realizada entre as cooperativas dos imigrantes *suavos* no Estado do Paraná. Os resultados foram publicados, pela primeira vez, em 1966. Mais tarde foram republicados, sob o título “Um caso de colonização modelo”, num volume que reúne vários trabalhos dispersos de Jorge Dias (1993). Em 1953, Jorge Dias ministrou, também em Curitiba, uma conferência intitulada “Paralelismo de Processo na formação das nações”, que seria publicada pela *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes* dessa cidade (vol. III, Nº1, 1956).

Para além de “africanismos” e outros rótulos mais ou menos arbitrários, há um movimento lento, porém irreversível. Enquanto que nas décadas de 1970 e 1980 uma promissora geração de cientistas sociais foi contemplada por bolsas de estudo, através das agências nacionais de fomento à pesquisa, para estudar em Paris, Nova Iorque, Londres, nos últimos anos, muitos jovens investigadores brasileiros escolheram Luanda, Cape Town, Maputo, Inhambane, Johannesburg, Rabat como destinos para os seus propósitos investigativos. No caso específico da antropologia, devemos sublinhar o importante papel de Peter Fry que, nos anos de 1970, chega ao Brasil trazendo consigo um *background* das correntes empiristas da antropologia social britânica. Fry, que estudou primeiro em Cambridge, sendo, depois, “convertido” à Escola de Manchester, passara, também, por uma longa experiência de campo em países como Rodésia (atual Zimbábue) e Moçambique. No início de 1990, como coordenador do Programa de Estudos sobre África Austral, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, Peter Fry promoveu um intenso intercâmbio com alunos de Moçambique e implementou canais institucionais para, no campo da antropologia social, aproximar o Brasil da África, e vice-versa. Alguns anos depois, outros antropólogos brasileiros dariam continuidade a essa empreitada: Omar Ribeiro Thomaz (a partir da UNICAMP) e Wilson Trajano Filho (a partir da UnB) exerceriam uma ação fulcral na formação de mestrandos e doutorandos em temas “africanistas”, bem como no envio de jovens pesquisadores à África, sobretudo Moçambique e Cabo Verde.

Por ora, seria um tanto prematuro pretender avaliar as consequências dessa virada pós-naciocêntrica. No entanto, não há dúvidas de que essa nova leva de trabalhos, resultantes de trânsitos de pesquisa realizados em países africanos, vem gerando um caldo de cultura inédito e enriquecedor. Caso esse contexto se aprofundar, possivelmente vislumbraremos um futuro mais polifônico para os estudos africanos no Brasil. Quem sabe a intensificação dessa polifonia nos autorize, em breve, a nos desfazermos do rótulo “estudos africanos” e pensarmos – tal como alguns colegas vem fazendo recentemente<sup>10</sup> – na dimensão mais flexível e multissituada dos estudos “sobre” África – ou “na” África – realizados por pesquisadores vinculados a instituições brasileiras.

De qualquer forma, ainda há um caminho longo a ser percorrido antes que possamos constatar sem balbucios a existência de uma relação de afinidade eletiva entre os estudos “sobre” África e as ciências sociais no Brasil. Para finalizar, talvez não seja redundante alertar que a escolha desse conceito-metáfora obedece não a uma simples celebração da herança weberiana (lembramos que Max Weber foi um dos primeiros a utilizar, nas ciências sociais, o conceito de “afinidade eletiva”), mas ao fato de que, como na epígrafe do início, o que define a nossa investida é o imperativo do intelecto (...*an affinity of mind and soul...*) e não aquilo que, na literatura sobre etnicidade, os antropólogos e sociólogos denominaram de primordialismo, isto é, os imperativos do “sangue” ou as arbitrariedades das genealogias imaginadas.

---

<sup>10</sup> Ver, a esse respeito, o conjunto de reflexões produzidas por Juliana Braz Dias, Kelly Cristiane da Silva, Omar Ribeiro Thomaz e Wilson Trajano Filho, publicado sob o título “Antropólogos brasileiros na África: algumas considerações sobre o ofício disciplinar além-mar”, *Série Antropologia*, Nº 430, Brasília, 2009.

## Referências

- ABA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Teses de antropologia defendidas no Brasil. 1945-1987*. São Paulo: ABA/USP, 1988.
- BAYART, Jean-François. Le politique par le bas em Afrique noire. Questions de méthode. *Politique Africaine*, Paris, n°1, p. 53-82, 1981.
- COMAROFF, John L. and COMAROFF, Jean. *Ethnicity, Inc.* Chicago: The University of Chicago Press, 2009.
- CORRÊA, Sonia e HOMEM, Eduardo. *Moçambique. Primeiras machambas*. Rio de Janeiro: Margem, 1977.
- FRY, Peter. Internacionalização da disciplina. In: TRAJANO FILHO, Wilson e LINS RIBEIRO, Gustavo (orgs.) *O campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- GESCHIERE, Peter. *The Perils of Belonging. Autochthony, Citizenship, and Exclusion in Africa and Europe*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2009.
- GOETHE, Johann W. *Elective Affinities*. London: Penguin Books, 2005 [1809].
- HERZFELD, Michael. *A antropologia do outro lado do espelho. Etnografia crítica nas margens da Europa*. Lisboa: Difel, 2001.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. Pós-imperialismo, antropologias mundiais e a tensão provincianismo metropolitano/cosmopolitismo provinciano. In: ECKERT, Cornelia e PIETRAFESA, Emília (orgs.) *Associação Brasileira de Antropologia. 50 anos*. Florianópolis: Nova Letra Gráfica & Editora, 2006, p. 107-113.
- MACAGNO, Lorenzo. Um antropólogo norte-americano no “mundo que o português criou”: relações raciais no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris. *Lusotopie*, Volume annual, Paris: Karthala, p. 143-161, 1999.
- \_\_\_\_\_. From Mozambique to Brazil: The “Good Portuguese” of the Chinese Athletic Club. In: MORIER-GENOUD, Eric and CAHEN, Michel (orgs.) *Imperial Migration. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 239-262.
- PINA-CABRAL, João. *Between China and Europe. Person, Culture and emotion in Macau*. London: London School of Economics Monographs on Social Anthropology, 2002.
- RABINOW, Paul. Representations are social facts: Modernity and postmodernity in Anthropology. In: CLIFFORD, James and MARCUS, Georges (orgs.) *Writing Culture*. Bekeley: University of

California Press, 1986, p. 234-261

SANSONE, Livio. Da África ao afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX. *Afro-Ásia*, Salvador, n° 27, p. 249-269, 2002.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico. Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

ZAMPARONI, Valdemir. Os estudos africanos no Brasil. *Veredas. Revista de Educação Pública*, Cuiabá, vol. 4, n° 5, p. 105-124, 1995.

---

Recebido em 01/07/2014

Aprovado em 03/08/2014

---